

4.ª FÓRUM DE
REFLEXÃO
SOBRE A EFICÁCIA
DO CONTRIBUTO
DA LINGUA E DA CULTURA
PARA O DESENVOLVIMENTO

- 1) IGUALDADE DE GÊNERO E HUMANIDADE
- 2) DEMOCRACIA
- 3) DIREITO À SAÚDE E À EDUCAÇÃO
- 4) AGRICULTURA E PESCAÇA
- 5) RECURSOS NATURAIS

CINE
JORNAL

30NGD

30 ANOS . PLATAFORMA . PORTUGUESA

O QUE É O DESENVOLVIMENTO?

MAIO 2015 . NÚMERO ESPECIAL

FICHA TÉCNICA

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DE PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

ANA PAULA FERNANDES, CRISTINA GUERREIRO, FÁTIMA PROENÇA, HERMÍNIA RIBEIRO, INGO RITZ, JOÃO JOSÉ FERNANDES, JOÃO PAULO BALTAZAR, LILIANA AZEVEDO, MARIA HERMÍNIA CABRAL, MÓNICA FRECHAUT, PATRÍCIA MAGALHÃES FERREIRA, PAULA BARROS

COORDENAÇÃO EDITORIAL LILIANA AZEVEDO

TRADUÇÃO NÉLIA RIBEIRO

REVISÃO CÉSAR NETO, NÉLIA RIBEIRO

DESIGN GRÁFICO ANA GRAVE

ISSN 2182-8199

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD
/ RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 / SKYPE
PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD / INFO@
PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

PEDRO CRUZ DIRECTOR EXECUTIVO /
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

CÉSAR NETO RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO /
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

NÉLIA RIBEIRO ASSISTENTE DE PROJECTO /
NELIA.RIBEIRO@PLATAFORMAONGD.PT

A PLATAFORMA

A PLATAFORMA foi constituída em 1985 e é composta por várias 66 Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento [ONGD].

REPRESENTA as ONGD como interlocutora privilegiada junto de organizações nacionais e internacionais, nas questões do Desenvolvimento e da Cooperação.

PROCURA contribuir para melhorar a qualidade nos domínios da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Acção Humanitária e de Emergência, através de comunicação, formação, monitoria e *advocacy*.

POTENCIA as capacidades das ONGD enquanto organizações empenhadas na afirmação da solidariedade entre os povos e contribui para a criação de um mundo mais justo e equitativo.

ÍNDICE

- 3 EDITORIAL
- 4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DIREITOS HUMANOS
- 6 AS PARCERIAS NA COOPERAÇÃO: RELAÇÕES CATALISADORAS DE DESENVOLVIMENTO
- 8 QUE RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO?
- 10 QUAL O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO?
- 12 JOVENS EUROPEUS MAIS MOTIVADOS PARA A COOPERAÇÃO
- 14 SEMANA DO DESENVOLVIMENTO



O QUE É O DESENVOLVIMENTO?

Criada há mais de dois anos, esta é a primeira edição impressa da *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD* e muito nos honra que seja distribuída encartada num jornal de referência como o PÚBLICO.

A Plataforma, que este ano comemora 30 anos de existência, representa actualmente 66 Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD), que trabalham no âmbito internacional, em Cooperação para o Desenvolvimento – sobretudo nos Países Africanos de Língua Portuguesa, mas não só –, tendo também intervenções na América Latina e na Ásia; e em iniciativas de Acção Humanitária e de Emergência. Estas ONGD trabalham também no plano nacional, em Educação para o Desenvolvimento, em que se incluem actividades de sensibilização seja nas escolas, seja junto da opinião pública, dos *media* e dos decisores políticos.

E o que é o Desenvolvimento? – interrogamo-nos nesta edição, propondo algumas respostas, focadas nos Objectivos de Desenvolvimento e na futura agenda de Desenvolvimento – que será decidida ainda este ano – nas parcerias catalisadoras de Desenvolvimento, nos diferentes mecanismos disponíveis para o seu financiamento, bem como no papel da Sociedade Civil para a compreensão e a resposta aos desafios globais, como a insegurança alimentar, o agravamento das desigualdades, as alterações climáticas, as migrações, a paz e a segurança. Abordamos ainda os mais recentes resultados do Eurobarómetro, que sonda a opinião dos cidadãos de todos os Estados-membro da UE e revela uma atitude de apoio à Ajuda ao Desenvolvimento, mas também alguma incoerência nos comportamentos das pessoas.

Esta foi uma das razões que levou a Comissão Europeia a eleger 2015 como Ano Europeu para o Desenvolvimento. E é neste contexto que surge também a Semana do Desenvolvimento, iniciativa da Plataforma Portuguesa das ONGD e das suas associadas, e desejamos que seja uma oportunidade de reflectirmos em conjunto sobre o papel de cada um e cada uma no Desenvolvimento: de que forma o modo como vivemos tem repercussões no Desenvolvimento de outros países? E no sentido inverso? De que forma as nossas decisões enquanto consumidores ou as políticas comerciais, agrícolas ou migratórias do Estado português e de outros Estados europeus causam impacto no Desenvolvimento global e perpetuam desigualdades entre os países? De que forma as acções locais podem ter impactos globais e como podemos no nosso dia-a-dia contribuir para a sustentabilidade do planeta, para a erradicação da pobreza e para a promoção dos Direitos Humanos à escala global?

2015 é também um ano marcado por três momentos-chave de redefinição das políticas de Desenvolvimento com grande impacto nas relações internacionais: a Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento em Julho, em Adis Abeba, a Cimeira dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável em Setembro, em Nova Iorque, e a Cimeira sobre Alterações Climáticas em Dezembro, em Paris. Todos estes momentos se revestem de grande importância tanto para os chamados países em desenvolvimento como para os países desenvolvidos. Estejamos, por isso, atentos a estes debates, pois a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável deve ser feita por todos e todas e não apenas pelos decisores políticos. Quando se discutem escolhas no que toca ao Desenvolvimento, todas as vozes devem ser ouvidas.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DIREITOS HUMANOS



JOÃO JOSÉ FERNANDES
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO
DA OIKOS - COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Este é o ano em que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) darão lugar a uma nova agenda de Desenvolvimento. Fazemos por isso o balanço do que foi esta agenda desde o início do Milénio e traçamos expectativas em relação às metas a atingir nos próximos 15 anos.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)¹ colocaram na agenda internacional temas como a pobreza, a alimentação, a água e saneamento, a educação básica, a equidade de género ou a saúde materno-infantil. Contudo a formulação das metas não foi condizente com a ambição e compromisso da Declaração do Milénio para com os Direitos Humanos. Apesar da centralidade dos temas inerentes aos ODM para a agenda dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC), a formulação dos propósitos e das metas afastou-se dos padrões que servem de referência aos direitos humanos. O foco foi sempre colocado no acesso aos serviços, não necessariamente na qualidade dos mesmos. O acesso universal ao ensino básico é um passo importante, mas nada nos diz sobre a real possibilidade de todas as crianças passarem a ter as condições indispensáveis que lhes garantam um grau básico de literacia. A qualidade é uma condição indispensável à realização do direito à saúde, à educação, à água e saneamento, ou o direito à habitação.

Outro condicionante do alcance dos ODM foi o facto de terem sido pensados para os países em desenvolvimento, e não num quadro de referência global com aplicabilidade diferenciada à escala nacional e local. Os direitos humanos e a dignidade têm um alcance universal, mas as necessidades e responsabilidades são diferenciadas, não apenas entre povos, mas numa mesma sociedade. Fixar metas indiferenciadas para todos os países, transformou os ODM numa missão impossível para os estados frágeis e

**‘OUTRO CONDICIONANTE DO
ALCANCE DOS ODM FOI O FACTO
DE TEREM SIDO PENSADOS PARA
OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO,
E NÃO NUM QUADRO DE
REFERÊNCIA GLOBAL COM
APLICABILIDADE DIFERENCIADA
À ESCALA NACIONAL E LOCAL.’**

países menos desenvolvidos, e em desígnio pouco mobilizador para países de renda média. Além disso, a grande maioria dos ODM (os primeiros seis) pouca aplicabilidade tinham nos países ditos desenvolvidos. Esta estratégia ignorou a tendência de crescimento das desigualdades sociais, e não incorporou desafios contemporâneos que, apesar de diferenciados, são universais, como é o caso do direito a um trabalho decente. Com efeito, o actual modelo económico favorece uma competitividade assente na exploração da mão-de-obra barata, no esmagamento das condições de segurança, na deslocalização, e no fracionamento social entre trabalhadores pobres e desempregados de longa duração, ou entre trabalhadores de economias desenvolvidas e emergentes.

Finalmente, os ODM falharam uma adequada integração entre as políticas de erradicação da pobreza e de estímulo ao crescimento económico, com a sustentabilidade ambiental. Quando em Setembro próximo, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovar a nova agenda de Desenvolvimento, os ODM serão substituídos pelos denominados Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Espera-se que os ODS sejam ancorados nos direitos humanos, permitindo uma avaliação de desempenho dos países e comunidades locais em matéria de bem-estar social, realização dos DESC e sustentabilidade ambiental.

¹ / **1 Reduzir a pobreza extrema e a fome / 2 Alcançar o ensino primário universal / 3 Promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres / 4 Reduzir a mortalidade infantil / 5 Melhorar a saúde materna / 6 Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças / 7 Garantir a sustentabilidade ambiental / 8 Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento**

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO 2015-2030 / OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Propostos para serem discutidos e aprovados na Assembleia-Geral das Nações Unidas que terá lugar em Setembro de 2015 em Nova Iorque.

- / 1** Erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todo o mundo
- / 2** Erradicar a fome, garantir segurança alimentar, uma nutrição melhorada e promover uma agricultura sustentável
- / 3** Garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos e em todas as idades
- / 4** Garantir uma educação inclusiva e igualitária e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

- / 5** Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas
- / 6** Garantir disponibilidade e uma gestão sustentável da água e saneamento para todos
- / 7** Garantir o acesso a uma energia económica, fidedigna, sustentável e moderna para todos
- / 8** Promover um crescimento económico sustentado, inclusive e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
- / 9** Construir uma infraestrutura resiliente, promover uma industrialização inclusiva e sustentável, tal como fomentar a inovação
- / 10** Reduzir desigualdades dentro e entre países
- / 11** Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
- / 12** Garantir o consumo sustentável e padrões de produção

- / 13** Tomar acções urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
- / 14** Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para um desenvolvimento sustentável
- / 15** Proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, e cortar a meio e reverter a degradação de terras e travar a perda de biodiversidade
- / 16** Promover sociedades inclusivas e pacíficas para um desenvolvimento sustentável, oferecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
- / 17** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

FONTE www.unric.org

NA SUA OPINIÃO, QUAL A DIFERENÇA SUBSTANCIAL ENTRE OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM) E A NOVA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO?



INGO RITZ
DIRECTOR DE PROGRAMAS,
GLOBAL CALL TO
ACTION AGAINST
POVERTY (GCAP)

A Agenda Pós-2015 começou a ser discutida em 2012. O processo está a ser mais participativo e inclusivo [do que em 2000]. A sociedade civil organizada tem tido a possibilidade de dar contributos em diferentes fases do processo. Contudo, os movimentos sociais e organizações de base têm tido problemas para participar.

Em segundo lugar, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e as respectivas metas são universais. Isso significa que esta agenda não é apenas para o Sul Global mas sim para todos os países. Os governos na Europa podem ser responsabilizados.

Por outro lado, havia questões importantes que não foram incluídas nos ODM e que agora estão incluídas, especialmente a desi-

gualdade, a paz e a segurança, a produção e os padrões de consumo, as alterações climáticas. Ainda assim, os objectivos e as metas são frequentemente débeis. Por último, o modelo de prestação de contas ainda não está bem definido. Não obstante, espero que seja forte desde o seu arranque. Isso assegurará uma melhor implementação a nível nacional.

Estas diferenças tornam o novo enquadramento melhor do que o dos ODM. Mas também há fraquezas e desafios. O sector privado está a tentar que a agenda sirva os seus interesses. A sociedade civil precisa de estar atenta. Os planos de implementação e de prestação de contas a nível nacional serão fundamentais.

AS PARCERIAS NA COOPERAÇÃO: RELAÇÕES CATALISADORAS DE DESENVOLVIMENTO



FÁTIMA PROENÇA
DIRECTORA DA ACEP – ASSOCIAÇÃO PARA
A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

Os processos de Desenvolvimento são fruto da participação de múltiplos actores. Num contexto de crescentes complexidades a qualidade das relações entre eles será seguramente um fortíssimo catalisador do Desenvolvimento.

A complexidade dos problemas do Desenvolvimento vem-nos desafiando, em particular neste início de século, a repensar não só os modelos de desenvolvimento mas os próprios processos e os seus intervenientes (por facilidade chamemos-lhe “actores”).

Durante décadas o debate centrou-se de facto em modelos que, talvez com a excepção do modelo de “desenvolvimento participativo”, desvalorizou o “como” e “quem”. O questionamento, por exemplo, das abordagens top/down, das “receitas de fora para dentro”, ou do papel dos “especialistas internacionais”, sejam indivíduos sejam organizações, não está ainda completamente ultrapassado, e o papel determinante dos processos nos êxitos ou nos falhanços não está suficientemente reconhecido.

Uma visão não linear dos processos do Desenvolvimento implica por isso uma atenção muito particular ao facto de ele não ser mais – nunca foi! – um processo de um interveniente só e que ele se processa através de uma teia cada vez mais imbrincada de “actores” – e que o Desenvolvimento também avança ou recua conforme estes actores se relacionam entre si, de forma cooperante, atenta aos equilíbrios adequados ou de forma antagónica, com rupturas difíceis de recuperar – ou se simplesmente se ignoram uns aos outros.

As doutrinas do liberalismo económico têm levado a situações perigosas de negação do papel de uma dos principais actores – o Estado – com as consequências que temos vindo a sofrer, tanto no que toca ao acesso, numa base de igualdade de direitos, aos bens públicos, como nos impactos da desregulação financeira. Vivemos pois uma época em que se torna indispensável reavaliar e revalorizar o papel do Estado, de um Estado ao serviço da comunidade.

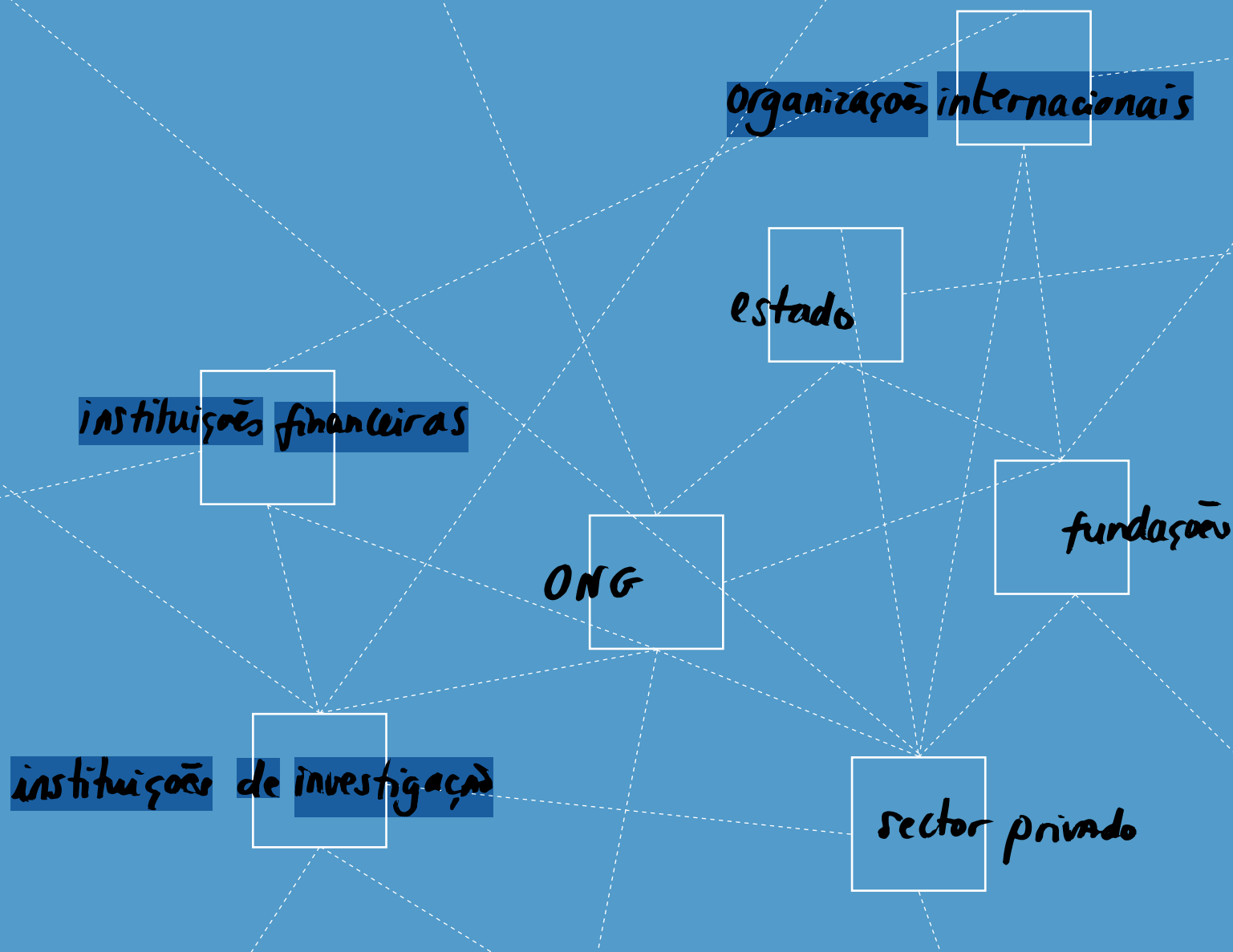
É difícil, quem quer que seja, negar hoje o papel insubstituível da Sociedade, através dos seus diversos componentes, no processo do Desenvolvimento. A participação de múltiplos actores sociais é um bem inestimável: podemos aqui destacar as organizações privadas sem fins lucrativos e de diversas naturezas (associações e fundações, em particular), tenham fins sociais, culturais, sindicais, ambientais, cívicas ou de desenvolvimento em geral, as instituições de investigação, as organizações internacionais, o sector privado com fins lucrativos.

**‘UM DOS DESAFIOS MAIORES
HOJE RESIDE NA PROCURA DE
UMA RECOMPOSIÇÃO HARMO-
NIOSA DAS RELAÇÕES ENTRE
TODOS [OS ACTORES].’**

Um dos desafios maiores hoje reside na procura de uma recomposição harmoniosa das relações entre todos. Para as ONGD – e seguramente para outros tipos de organizações – essa recomposição precisa de ser feita, em primeiro lugar, assente na clarificação dos fins que as movem e de valores que lhes sejam comuns. Num segundo momento, procurando identificar as capacidades e competências específicas, que permitam gerar sinergias e aproveitar complementaridades.

Num mundo ideal, às relações construídas nestas bases poderíamos chamar parcerias (entre iguais). No mundo desigual em que vivemos chamemos-lhes relações de cooperação, mas que serão seguramente um fortíssimo catalisador do Desenvolvimento.

FOTOGRAFIA NUNO FERREIRA SANTOS



A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN INVESTE NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO HÁ JÁ VÁRIAS DÉCADAS, QUAL CONSIDERA SER O PAPEL DE UMA FUNDAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO?



MARIA HERMÍNIA CABRAL
DIRECTORA
DO PROGRAMA
GULBENKIAN
PARCERIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO
DA FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

As Fundações têm no seu código genético um conjunto de características - prosseguem fins públicos, têm património próprio, são independentes – que as posicionam como actores relevantes nas políticas de Desenvolvimento.

As Fundações, em comparação com outros actores, têm maior flexibilidade na abordagem dos problemas, na capacidade de assumir riscos, na alavancagem de fundos e parcerias e uma perspectiva de mais longo prazo. Deste modo, as Fundações, por iniciativa própria ou por “sugestão” da sociedade, têm vindo a contribuir cada vez mais para a reflexão e a busca de soluções de problemas complexos que o desenvolvimento global e as desigualdades geram. Também por isto, nas duas últimas décadas

as Fundações têm vindo a assumir um papel crescente na Cooperação para o Desenvolvimento, com particular destaque para a “mega” filantropia que se compromete directamente com objectivos e metas globais e influencia a agenda global do desenvolvimento.

Porém, e apesar dos Fundos Privados para o Desenvolvimento terem aumentado em 50% entre 2006 e 2011 (www.devinit.org), não devemos olhar para as Fundações como apenas fontes de financiamentos substitutas da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, mas sobretudo como catalisadoras de mudanças, capazes de estabelecerem pontes, de apostar em abordagens inovadoras e de investir em capital resiliente.

QUE RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO?



PATRÍCIA MAGALHÃES FERREIRA
CONSULTORA E INVESTIGADORA



HERMÍNIA RIBEIRO
DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO DO IMVF – INSTITUTO
MARQUÊS DE VALLE FLOR

Nunca como hoje houve tantos recursos disponíveis para financiar os programas de Desenvolvimento. Os recursos do sector privado e também de cada país são chamados a dar a sua contribuição.

Desde que os Objectivos do Milénio foram aprovados, em 2000, o mundo mudou rapidamente no que respeita às dinâmicas do Desenvolvimento global. A geografia da pobreza alterou-se, com a maioria da população pobre a viver em países de rendimento médio e o agravamento de desigualdades, entre e dentro dos países. O crescimento das economias emergentes e a lenta recuperação da Europa após a crise económica global de 2008-09 contribuíram para tornar obsoleta a dicotomia entre Norte (chamado de “desenvolvido”) e Sul (denominado “em Desenvolvimento”), na qual assentava o modelo tradicional de Desenvolvimento e do seu financiamento.

Neste contexto, o objectivo de as economias desenvolvidas afectarem 0,7% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento, proclamado já desde os anos 1970 e que só 5 países europeus atingiram, pode perder significado, num contexto em que a realidade da ajuda ao Desenvolvimento se afasta da sua concepção tradicional. A ajuda tende a ser cada vez mais direccionada para países de rendimento médio, com um peso maior dos empréstimos relativamente aos donativos, diminuindo nos países que, por definição, mais necessitariam desse apoio.

Enquanto os orçamentos dos doadores ocidentais sofrem uma crescente pressão, os países em Desenvolvimento e vários actores privados, como algumas fundações, apresentam orçamentos

de ajuda ao Desenvolvimento por vezes superiores aos doadores chamados “tradicionais”, complicando as contas e a complexidade dos financiamentos. À anterior retórica da ajuda doador-beneficiário impõe-se agora uma narrativa assente nas parcerias, nos benefícios mútuos, nas responsabilidades partilhadas.

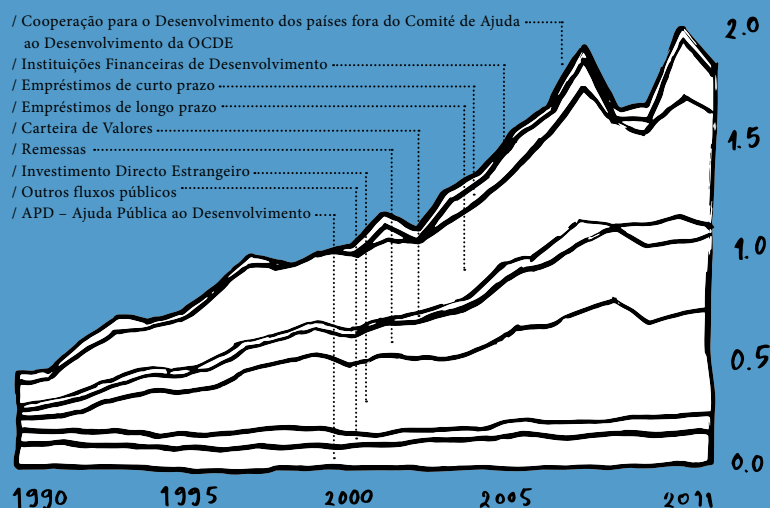
Hoje em dia, outros fluxos de financiamento externo dos países em Desenvolvimento – como as remessas dos emigrantes (acima de 400 mil milhões de USD/ano) e o investimento directo estrangeiro (778 mil milhões de dólares em 2014) – ultrapassam largamente a ajuda ao Desenvolvimento (em torno dos 135 mil milhões). Neste caso, o desafio está em conseguir orientar esses fluxos para projectos e políticas que promovam o Desenvolvimento inclusivo, o emprego e o crescimento sustentável.

‘À ANTERIOR RETÓRICA DA AJUDA DOADOR-BENEFICIÁRIO IMPÕE-SE AGORA UMA NARRATIVA ASSENTE NAS PARCERIAS, NOS BENEFÍCIOS MÚTUOS, NAS RESPONSABILIDADES PARTILHADAS.’

Isto não significa, contudo, que a ajuda ao Desenvolvimento tenha perdido relevância, enquanto fluxo que têm como único objetivo a promoção do Desenvolvimento. Embora tenha representado apenas 4% do financiamento do Desenvolvimento nos países de rendimento médio, entre 2002 e 2011, essa ajuda representou 54% para os países mais pobres.

Financiar o Desenvolvimento significa, também, combater mundialmente a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos, que se calcula poderem custar aos países em Desenvolvimento até 870 mil milhões de dólares por ano – fundos estes que poderiam ser investidos no seu Desenvolvimento. Sabemos hoje que os fluxos financeiros que saem de África – através de fluxos ilícitos, dos lucros das multinacionais, do pagamento das dívidas externas e outros – são bastante superiores àquilo que o continente recebe para apoio ao seu Desenvolvimento. A interdependência crescente revela, assim, que as questões da distribuição de poder e da governação global, bem como as políticas adoptadas em áreas como as migrações, o comércio ou o consumo, são cada vez mais cruciais pelos impactos que têm (positivos ou negativos) na promoção dos objetivos de Desenvolvimento.

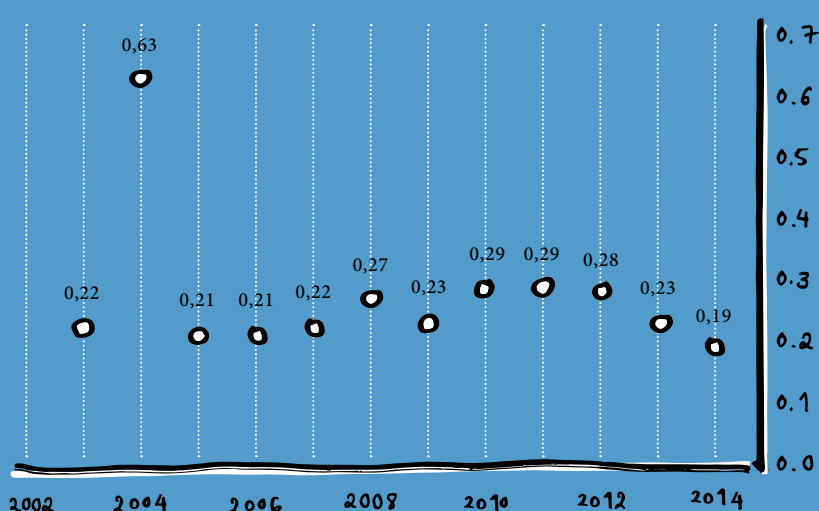
OS FLUXOS DE RECURSOS INTERNACIONAIS PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO TÊM CRESCIDO RAPIDAMENTE 2011 US\$ BILHÕES



NOTA Os dados sobre alguns dos fluxos não abrangem todo o período. Por excluir os fluxos sem dados históricos, os resultados apresentados são mais baixos do que o total de US\$ 2,1 bilhões em 2011.

FONTE Development Initiatives (2013), Investments to end poverty Real money, real choices, real lives. Disponível em www.devinit.org

EVOLUÇÃO DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO EM % DO RENDIMENTO NACIONAL BRUTO



FONTE Dados recolhidos pelo Grupo de Trabalho Aid Watch da Plataforma Portuguesa das ONGD

NO ACTUAL CONTEXTO EM QUE SE PROCURAM MOBILIZAR NOVOS RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO, COMO GARANTIR QUE A UE E OS SEUS ESTADOS-MEMBROS CONTINUEM A INVESTIR NA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO?



ANA PAULA FERNANDES
CONSELHEIRA PARA
O DESENVOLVIMENTO
PORTUGAL-OCDE

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) continuará a desempenhar um papel importante no contexto pós-2015, sobretudo nos países menos desenvolvidos ou frágeis, dependentes de ajuda externa.

Na Conferência do Financiamento ao Desenvolvimento, a UE manterá o seu compromisso com os 0,7%. Irrealista? Trata-se de reiterar o discurso político para com os países “most in need”: imagem de marca da UE, com a qual sociedade civil e governos devem continuar empenhados.

Mas, a questão mais relevante é a de saber como a APD da UE contribuirá para alavancar outros financiamentos públicos e privados. Temas como o da fiscalidade; o combate

aos fluxos ilícitos de capitais; os incentivos ao investimento; e o papel do sector privado; serão parte integrante da nova agenda universal da sustentabilidade.

Num mundo complexo, as necessidades de financiamento são diversas. A APD da UE deve contribuir para definir as boas práticas internacionais, na luta contra a pobreza e pela igualdade de oportunidades.

QUAL O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO?



MÓNICA FRÉCHAUX
DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD



LILIANA AZEVEDO
DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD

As Organizações da Sociedade Civil têm tido um papel importante na compreensão e resolução de problemas comuns e transversais, contribuindo para gerar mudança social e melhorar a qualidade da democracia. Serão a chave para responder a desafios globais?

Não foi há muito tempo que Ban Ki-moon, Secretário-geral das Nações Unidas, disse que “parcerias globais – governos, Nações Unidas, empresas, instituições filantrópicas e sociedade civil – são a chave para responder a desafios globais”. Justamente, esta é realmente a única forma de se alcançar efectiva mudança social, que não decorre simplesmente da vontade de governos, mas do conjunto das organizações, movimentos, grupos informais, associações, redes cívicas voluntárias, entre outros, que compõem a Sociedade Civil.

Nos últimos anos, o contributo das Organizações da Sociedade Civil (OSC) tanto no reconhecimento e promoção de direitos fundamentais, sociais e políticos, como na definição e monitorização de políticas públicas, foi essencial, também, para melhorar a qualidade da democracia, ao criar nas pessoas hábitos cívicos benéficos, como a participação, o respeito mútuo, a reflexão crítica e a necessidade de se criarem consensos.

Independentemente da enorme heterogeneidade que caracteriza a Sociedade Civil, esta tem, assim, a dupla função de não apenas mobilizar e gerar mudança na sociedade através das actividades que desenvolve, como também nas pessoas que as organizam e nelas participam. A

sua permeabilidade facilita um contacto mais próximo com as populações e a flexibilidade que se distingue nas OSC permite responder rapidamente aos desafios e imprimir abordagens mais inovadoras.

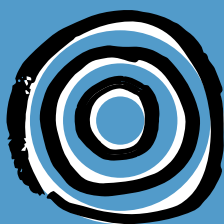
Numa altura em que é reconhecido o mérito das OSC e o trabalho que desenvolvem, a nível local, nacional ou internacional, é tempo destas olharem para si próprias e também reflectirem sobre a eficácia e qualidade da sua intervenção.

‘O CONTRIBUTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL TANTO NO RECONHECIMENTO E PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS, COMO NA DEFINIÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, FOI ESSENCIAL PARA MELHORAR A QUALIDADE DA DEMOCRACIA.’

Com efeito, as Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD) conheceram nas últimas décadas um processo de crescente qualificação e organização, que se traduziu nomeadamente no reconhecimento das ONGD como parceiras de Desenvolvimento e no reconhecimento da Plataforma Portuguesa das ONGD – que este ano comemora 30 anos – como interlocutor privilegiado das instituições nacionais e internacionais nos domínios da Cooperação para o Desenvolvimento, da Educação para o Desenvolvimento e da Acção Humanitária e de Emergência.

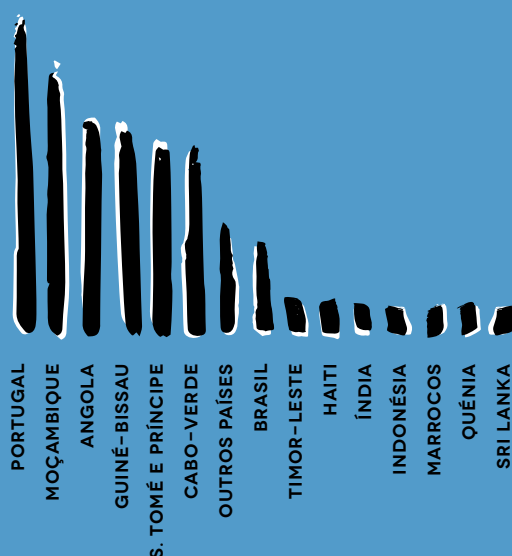
O trabalho desenvolvido ao nível da comunicação, da formação, da monitoria e do *advocacy* têm contribuído para credibilizar um sector que desempenha um papel importante na compreensão e resolução de problemas globais e de grande actualidade como a insegurança alimentar, as alterações climáticas, as migrações ou a paz e segurança, entre outros.

Voltando às palavras de Ban Ki-moon, as parcerias globais poderão ser mesmo a “chave” para não somente “responder a desafios globais”, como também para fortalecer o seu papel das OSC procurando estabelecer com outros diálogo, consensos e partilha de recursos, em torno daquilo que as une: um mundo mais justo e sustentável.



/ Cooperação para o Desenvolvimento
/ Educação para o Desenvolvimento
/ Ajuda Humanitária e de Emergência

ÁREAS GEOGRÁFICAS DE INTERVENÇÃO DAS ONGD



Educação e Alfabetização

Pobreza e Exclusão Social Saúde Género

Desenvolvimento Rural e Agricultura Formação Profissional

Reabilitação e Construção de Infraestruturas Meio Ambiente

Acesso à Água e Saneamento Básico Segurança Alimentar e Nutrição

Assistência e Promoção Social Emprego e Inserção na Vida Activa Microcrédito

Cultura Direitos Humanos Desenvolvimento Económico Migrações

Promoção da Paz e Prevenção de Conflitos Desenvolvimento Urbano e Habitat

Xenofobia Refugiados Capacitação e Reforço Institucional Planeamento Familiar

Advocacia Capacitação da Sociedade Civil Consumo Responsável

Diálogo inter-religioso Coerência das Políticas para o Desenvolvimento

Saúde Materna e Neonatal Participação Cívica

Alterações Climáticas

Energia

FONTE Guia das ONGD 2014

AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OCS) TÊM TIDO UMA IMPORTÂNCIA CRESCENTE ENQUANTO ACTOR DE DESENVOLVIMENTO, COMO AVALIA O SEU CONTRIBUTO?



PAULA BARROS
DIRECTORA DE
SERVIÇOS DA
COOPERAÇÃO DO
CAMÕES, I.P.

A flexibilidade, competência técnica e entendimento das dinâmicas locais tem reforçado o reconhecimento do papel das Organizações da Sociedade Civil no quadro do Desenvolvimento.

O Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, afirma o seu papel na construção da paz, na luta contras as desigualdades, nomeadamente de Género, e a pobreza, e assume a importância de uma estratégia de actuação conjunta.

Ao terem uma acção relevante enquanto actor do Desenvolvimento, as OSC têm também uma responsabilidade crescente na res-

posta aos desafios que esse processo coloca. Ora, o processo de Desenvolvimento é hoje mais complexo, com a emergência de novos actores (públicos e privados), e as necessidades patentes na nova agenda do desenvolvimento, são crescentes. Por isso as OSC, nomeadamente as portuguesas, deverão apostar num reforço de capacidades e de escala através de parcerias baseadas em princípios compartilhados e objectivos comuns, no sentido da eficácia do Desenvolvimento.

JOVENS EUROPEUS MAIS MOTIVADOS PARA A COOPERAÇÃO



CRISTINA GUERREIRO
JORNALISTA E FORMADORA NO CENJOR

A solidariedade global e o apoio ao desenvolvimento continuam a merecer a aposta dos cidadãos europeus. Cresce o empenhamento pessoal dos mais jovens, mas a maioria dos portugueses não está disposta a pagar mais.

Um recente vídeo sobre a pobreza extrema na Índia colocou nas redes sociais esta pergunta paradoxal de um menino de rua: “Se for à escola, como é que como?”

A empatia pelo outro está lá, nos eurobarómetros anuais da União Europeia (UE) dedicados ao Desenvolvimento e aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, embora a crise tenha deixado marcas nos 27 estados-membros. Apesar de 87% dos europeus inquiridos considerarem que “ajudar o desenvolvimento global é positivo”, e Portugal não destoa nos seus 93%, uma maioria remete essa responsabilidade para a UE, mas não para os seus países.

Os europeus estão divididos entre 48% a favor de uma cooperação activa, que aceita pagar mais por produtos alimentares e outros consumíveis se tal ajudar os países em desenvolvimento, e outro tanto que nega mais encargos nacionais. E se os jovens europeus se sentem mais interpelados pelas causas globais, cerca de 81% dos portugueses declaram que não estão disponíveis para assumir mais responsabilidades monetárias.

Afinal, a crise e as altas taxas de desemprego marcam a agenda e as prioridades para o Desenvolvimento reflectem as preocupações dos europeus centrados na busca/manutenção de emprego, nos cuidados de saúde, no crescimento económico e na educação generalizada. Porém, entre os jovens europeus a vontade de contribuir individualmente está em crescendo, sendo que 61% com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos defendem

esta solidariedade activa e apenas 45% dos cidadãos com mais de 55 anos têm a mesma leitura.

Aliás, a percepção dos europeus sobre a pobreza extrema parece distorcida ou revela um desconhecimento, que em Portugal até é superior aos seus parceiros europeus. Os portugueses inquiridos sobre quantos cidadãos viverão com menos de um dólar por dia [entre 500 e mil milhões de pessoas] desenharam uma média de “quem não sabe” que rondou os 32% contra 18% da UE.

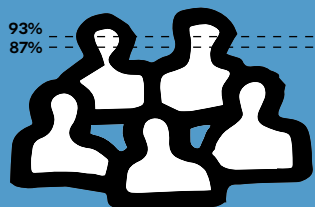
A familiarização nacional com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) revela um profundo alheamento, já que apenas 5% dos portugueses sabem identificar a erradicação da pobreza extrema e da fome como uma meta prioritária. E se a percepção dos ODM varia muito entre o Norte e o Centro/Sul da Europa, cerca de 48% dos europeus considera que a luta contra a pobreza global será uma tarefa “muito difícil”, sendo os portugueses líderes de um profundo pessimismo (62%) na relevância e eficácia da contribuição europeia para o Desenvolvimento global.

**‘A EMPATIA PELO OUTRO ESTÁ
LÁ, NOS EUROBARÓMETROS
ANUAIS DA UNIÃO EUROPEIA
DEDICADOS AO DESENVOLVI-
MENTO E AOS OBJECTIVOS
DO MILÉNIO, EMBORA A CRISE
TENHA DEIXADO MARCAS NOS
27 ESTADOS-MEMBROS.’**

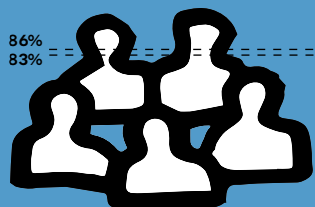
O relatório recente da Cáritas/Portugal contabilizou três milhões de portugueses a viver no limiar da pobreza e alertou ainda para este mesmo risco ter crescido acentuadamente nos últimos cinco anos. E no Mediterrâneo aqui tão perto, o comércio dos carenciados mancha o mar que banha povos de costas desiguais.

CONSIDERA IMPORTANTE OU MUITO IMPORTANTE AJUDAR AS PESSOAS NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

EM 2014
93% DOS PORTUGUESES
87% DOS EUROPEUS



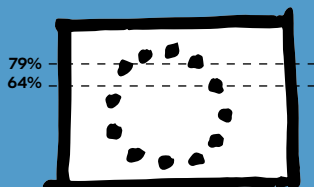
EM 2013
86% DOS PORTUGUESES
83% DOS EUROPEUS



FONTE: Dados extraídos dos Eurobarómetros “Ajuda ao Desenvolvimento da UE e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” (2013) e “Opinião dos cidadãos antes do Ano Europeu para o Desenvolvimento” (2014).

CONSIDERA QUE O COMBATE À POBREZA DOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO DEVE SER:

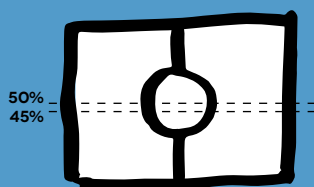
– UMA DAS PRINCIPAIS PRIORIDADES DA UE



EM 2014
79% DOS PORTUGUESES
64% DOS EUROPEUS

EM 2013
76% DOS PORTUGUESES
66% DOS EUROPEUS

– UMA DAS PRINCIPAIS PRIORIDADES DO GOVERNO PORTUGUÊS

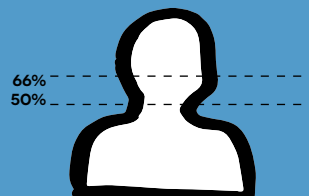


EM 2014
45% DOS PORTUGUESES
50% DOS EUROPEUS

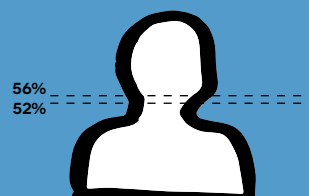
EM 2013
45% DOS PORTUGUESES
48% DOS EUROPEUS

CONSIDERA QUE ENQUANTO INDIVÍDUO PODE TER UM PAPEL NO COMBATE À POBREZA NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

EM 2014
66% DOS PORTUGUESES
50% DOS EUROPEUS



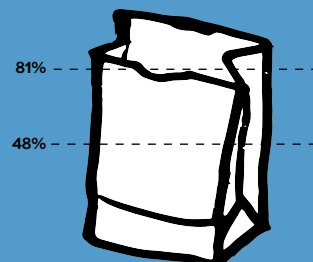
EM 2013
56% DOS PORTUGUESES
52% DOS EUROPEUS



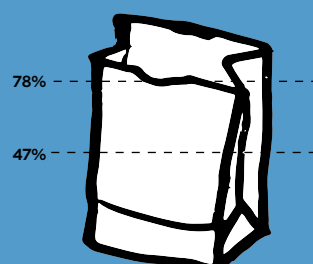
NÃO ESTÃO DISPOSTOS A PAGAR MAIS POR BENS ALIMENTARES OU OUTROS PRODUTOS DE PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA AJUDAR AS PESSOAS QUE VIVEM NESSES PAÍSES

P.EX. PRODUTOS DO COMÉRCIO JUSTO

EM 2014
81% DOS PORTUGUESES
48% DOS EUROPEUS



EM 2013
78% DOS PORTUGUESES
47% DOS EUROPEUS



CONSIDERA QUE OS MEDIA TÊM CONTRIBUÍDO PARA UMA OPINIÃO PÚBLICA INFORMADA SOBRE AS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO?



JOÃO PAULO BALTAZAR
DIRECTOR DE INFORMAÇÃO NA ANTENA 1

Creio que existe, hoje em dia, uma maior sensibilidade dos media para as questões do Desenvolvimento. Estou convencido que isso se deve, em boa parte, ao trabalho das diferentes Organizações Não Governamentais que focam o seu trabalho nesta área. Nesse sentido, acredito que o público está mais bem informado sobre o assunto.

No entanto, alguns factores têm contribuído para que as questões do Desenvolvimento nem sempre tenham a atenção (e o espaço) que merecem. A “pressão” da agenda política e económica, que se acentuou nos últimos anos com o adensar da crise, somada à deriva

sensacionalista de uma (apesar de tudo, pequena) parte da imprensa, têm concentrado os – cada vez mais escassos – recursos dos órgãos de comunicação social.

A título pessoal, num momento em que estou a assumir funções de direcção editorial nas rádios da RTP, quero destacar a responsabilidade que o serviço público tem (também) relativamente às questões do Desenvolvimento.

SEMANA DO DESENVOLVIMENTO

FÓRUM LISBOA

13 MAIO / QUARTA-FEIRA

10H00 /

ACTIVIDADE COM ESCOLAS

ORGANIZADO POR: UNICEF

14H30 / WORKSHOP

Um outro mundo será mesmo possível? O papel das Organizações da Sociedade Civil

CONDUZIDO POR: ANA TERESA SANTOS, TÉCNICA DE PROJECTOS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL

18H30 / TERTÚLIA

A agenda de desenvolvimento cabe na agenda política?

COM A PARTICIPAÇÃO DE: REPRESENTANTES DE DIVERSOS PARTIDOS POLÍTICOS
MODERAÇÃO: JOÃO ROSÁRIO (RTP)

21H00 / CINEMA

Poverty, Inc. (2014)

REALIZAÇÃO: MICHAEL MATHESON MILLER
*ESTREIA EM PORTUGAL

DEBATE NO FINAL DA SESSÃO COM: INÊS ROSA (EX-VICE-PRESIDENTE DO IPAD) E JACINTO SANTOS (PRESIDENTE DA ONG CITI-HABITAT)

MODERAÇÃO: SANDRA MONTEIRO (LE MONDE DIPLOMATIQUE)

OUTRAS ACÇÕES

LISBOA

14 MAIO / 10H00-12H30

“O futuro do Financiamento para Desenvolvimento e a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento”

LOCAL: ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ORGANIZADO POR: GRUPO DE TRABALHO AID WATCH DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

9-24 MAIO / EXPOSIÇÃO do Ano Europeu para o Desenvolvimento

LOCAL: PRAÇA DO MARTIM MONIZ
ORGANIZADO POR: CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I.P.

14 MAIO / QUINTA-FEIRA

10H00 /

ACTIVIDADE COM ESCOLAS

ORGANIZADO POR: EMBAIXADA DO RISO

14H30 / SEMINÁRIO

Ética no

Desenvolvimento

COM A PARTICIPAÇÃO DE: PLATAFORMA DAS ONG DE CABO VERDE

18H30 / TERTÚLIA

A influência dos valores no exercício da Cidadania Global ativa

COM A PARTICIPAÇÃO DE: CARMEN MACIEL (ADRA) E JOANA BRANCO LOPES (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE)

21H00 / CINEMA

LOCAL: AUDITÓRIO 3 GULBENKIAN

H2Omx (2014)

REALIZAÇÃO: JOSÉ COHEN E LORENZO HAGERMAN
*ESTREIA EM PORTUGAL

DEBATE NO FINAL DA SESSÃO COM: PEDRO ABRANTES (ANTROPÓLOGO) E REPRESENTANTE DA AGÊNCIA PORTUGUESA DE AMBIENTE

MODERAÇÃO: JOSÉ LUÍS MONTEIRO (OIKOS)
EM PARCERIA COM: ÁFRICA MÓDULO COOPERATIVA CULTURAL

PORTO

16 MAIO / 15H00-17H00

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS *“A caminho do desenvolvimento. O sucesso como ponto de chegada”*

LOCAL: ESPLANADA DA PRAÇA DA RUA DA MADEIRA
ORGANIZADO POR: HELPO, ONGD

30 MAIO / CAMPANHA DE RUA *“Um Sorriso para o Mundo”*

ORGANIZADO POR: MUNDO A SORRIR, HELPO, ONGD, ENGENHO&OBRA E ASSOCIAÇÃO ALMA MATER ARTIS

15 MAIO / SEXTA-FEIRA

10H00 /

ACTIVIDADE COM ESCOLAS

ORGANIZADO POR: GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

14H30 / SEMINÁRIO

30 anos de Desenvolvimento: Passado, Presente e Futuro

COM A PARTICIPAÇÃO DE: CARLOS SANGREMAN, (CESA/ISEG), ISABEL AFREIXO (EX-DIRIGENTE PLATAFORMA), MARIA HERMÍNIA CABRAL (FUNDAÇÃO GULBENKIAN), MANUEL CORREIA (EX-DIRIGENTE IPAD), PEDRO KRUPENSKI (PRESIDENTE PLATAFORMA)

18H30 / TERTÚLIA

Arquitectura, Habitação e Desenvolvimento

COM A PARTICIPAÇÃO DE: HELENA ROSETA (EX-PRESIDENTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS), PEDRO NOVO (ARQUITECTO) E ANA RITA ALVES (ANTROPÓLOGA)
MODERAÇÃO: CRISTINA GUERREIRO (CENJOR)

21H00 / CINEMA

A Cidade dos Mortos (2011)

REALIZAÇÃO: SÉRGIO TRÉFAUT
DEBATE NO FINAL DA SESSÃO COM: ÁLVARO CIDRAIS (PROFESSOR UNIVERSITÁRIO) E RITA ÁVILA CACHADO (ANTROPÓLOGA)
MODERAÇÃO: RDP ÁFRICA

COIMBRA

14 MAIO / FÓRUM DE *Gestão do Voluntariado para a Cooperação*

ORGANIZADO POR: SAÚDE EM PORTUGUÊS E GRUPO DE TRABALHO DE RECURSOS HUMANOS PARA A COOPERAÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

FILME *“Mulheres Africanas”*

REALIZAÇÃO: CARLOS NASCIMBENI
ANO: 2012

16-17 MAIO / SÁB, DOM / 11H00-17H30

FEIRA DO LIVRO, EXPOSIÇÕES E PROJECCÃO DE VÍDEOS

16 MAIO / SÁBADO

11H00 /

LEITURA DE CONTOS

Estórias da minha Terra - Contos para a Interculturalidade

ORGANIZADO POR: FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

11H00 /

LEITURA DRAMATIZADA

Formiga Juju na Cidade das Papaías

ORGANIZADO POR: AIDGLOBAL

14H30 / WORKSHOP

Quanto posso crescer?

EM PARCERIA COM: DESCOBRIR - PROGRAMA GULBENKIAN EDUCAÇÃO PARA A CULTURA E CIÊNCIA

15H00 /

APRESENTAÇÃO DE LIVROS

- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E SAÚDE-IMVF
- GUINÉ-BISSAU E DIREITOS HUMANOS - ACEP E CESA

15H00 / WORKSHOP

Comércio Justo

ORGANIZADO POR: CIDAC

16H00 / TEATRO

Fragmentos de Teatro

EM PARCERIA COM: REFUGIACITO

BEJA

MAIO AULAS EM VÍDEO-

-CONFERÊNCIAS *“Dois continentes, a mesma escola”* - Portugal/Cabo Verde

ORGANIZADO POR: ADPM E CENTRO DISTRITAL EUROPE DIRECT DO BAIXO ALENTEJO

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE *“Dar nova vida às escolas - Moçambique”*

ORGANIZADO POR: ADPM E CENTRO DISTRITAL EUROPE DIRECT DO BAIXO ALENTEJO

WORKSHOPS DE *Educação para o desenvolvimento nas escolas - dirigido a docentes do pré-escolar e 1º ciclo*

ORGANIZADO POR: ADPM E CENTRO DISTRITAL EUROPE DIRECT DO BAIXO ALENTEJO

17 MAIO / DOMINGO

11H00 / LEITURA DE CONTO

com Cláudia Semedo

ORGANIZADO POR: MÉDICOS DO MUNDO

11H30 / LEITURA DE CONTO

O Carnaval da Kissonde

ORGANIZADO POR: LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

12H00 / JOGO PARA

FAMÍLIAS *Quem quer ser sustentável?*

ORGANIZADO POR: FEC

15H00 / LEITURA DE CONTO

com Sílvia Alberto

ORGANIZADO POR: MÉDICOS DO MUNDO

15H00 / WORKSHOP DE

FOTOGRAFIA ORGANIZADO POR: MÉDICOS DO MUNDO

15H00 /

APRESENTAÇÃO DE LIVROS

- ÁFRICA SUBSAARIANA E GEOPOLÍTICA DAS GRANDES PANDEMIAS - BEM SORRIR

16H00 / WORKSHOP

África (fica) na pele!

ORGANIZADO POR: ISU

17H00 /

WORKSHOP-CONCERTO

ANIMADO POR: BATOTO YETU

Entre 13 e 17 de Maio, a Plataforma Portuguesa das ONGD e as suas associadas organizam a Semana do Desenvolvimento.

Esta iniciativa enquadra-se nas comemorações do Ano Europeu para o Desenvolvimento e procura promover um maior envolvimento dos cidadãos e cidadãs na construção de soluções para os problemas globais.

MAIS INFORMAÇÃO EM



www.semanadodesenvolvimento.pt
www.plataformaongd.pt
www.facebook.com/anoeuropedesenvolvimento2015
lisboasolidaria.cm-lisboa.pt

TODAS AS ACTIVIDADES SÃO DE ENTRADA GRATUITA

*semana do
desenvolvimento
13-17 maio 2015*

LOCAL
fórum lisboa
ENTRADA GRATUITA

o desenvolvimento somos nós todos e todas nós

WORKSHOPS . SEMINÁRIOS . TERTÚLIAS . CINEMA . MÚSICA . TEATRO . FEIRA DO LIVRO
E MUITAS OUTRAS ATIVIDADES DEDICADAS AO DESENVOLVIMENTO

PROMOTOR

ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

CO-PROMOTORES

LISBOA
Cidade Municipal

Direitos Sociais
Tema: Menor e Jovem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL LISBOA

FUNDACÃO CALOUSTE GULBENKIAN

PARCEIROS

LISBOA
CENTRO EUROPEU DO VOLUNTARIADO 2015

COMISSÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

GRANDOLA
Cidade Municipal

LOURES
Cidade Municipal

maia
Cidade Municipal

Matosinhos
Cidade Municipal

Odivelas
Cidade Municipal

SETUBAL
Município Participativo

PARCEIROS

UNIVERSIDADE DE LISBOA

CE3A
Centro de Estudos de Ambiente e Saúde

CICS.NOVA
Interdisciplinary Centre of Social Sciences

europa direct
European Union

Ciências ULisboa

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

MEDIA PARTNERS

Publico

RTP

RDP
Rádio Portugal

Renascença

Cenjor

ATC

APOIO FINANCEIRO

COMISSÃO NACIONAL DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGUESA

o nosso mundo e a nossa dignidade o nosso futuro

2015
Ano Europeu do Voluntariado



ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS

AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO
CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL
CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

ES0 ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

MENINOS DO MUNDO

MG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO

HUMANITÁRIA

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SAPANA

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER



COM O APOIO

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS